

CONCURSOS PARA DOCENTES VOLUNTÁRIOS NO BRASIL: ENTORNOS E CONTORNOS DO FENÔMENO

Ricardo Cortez Lopes¹

RESUMO: O presente artigo trata de uma análise dos concursos voluntários para professores em Instituições de Ensino Superior brasileiras por meio de um estudo da representação desse profissional. A abordagem foi mista, lançando mão de um levantamento quantitativo de concursos em território brasileiro (pela estatística descritiva) e da análise de alguns dos editais (por uma análise de conteúdo categorial buscando a representação) pelo prisma da reparaesontologia. As conclusões apontaram que os concursos têm se expandido de maneira desuniforme e com mais força no Sudeste e no Nordeste, além de os voluntários sofrerem avaliações que ora os colocam em pé de igualdade com os professores efetivos, ora os afasta, o que aloca o professor voluntário como uma atividade bem específica no campo educativo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Concursos Docentes Voluntários. Concursos. Ensino Superior. Precarização do trabalho docente no ensino superior. Editais.

CONTESTS FOR VOLUNTEER TEACHERS IN BRAZIL: SURROUNDINGS AND CONTOURS OF THE PHENOMENON

ABSTRACT: This article deals with an analysis of voluntary competitions for teachers in Brazilian Higher Education Institutions through a study of the representation of this professional. The approach was mixed, using a quantitative survey of competitions in

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rshicardo@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0808-7203>.

Brazilian territory (using descriptive statistics) and the analysis of some of the notices (using a categorical content analysis seeking representation) through repraesontology. The conclusions showed that the competitions have expanded unevenly and with more force in the southeast and northeast, in addition to the fact that volunteers undergo evaluations that sometimes place them on an equal footing with other permanent teachers, and sometimes distance them, which puts the volunteer teacher as a very specific activity in the Brazilian educational field.

KEYWORDS: Voluntary Teacher Competitions. Contests. University Education. Precariousness of teaching work in higher education. Notices.

CONCURSOS PARA DOCENTES VOLUNTARIOS EN BRASIL: ENTORNOS Y CONTORNOS DEL FENÓMENO

RESUMEN: Este artículo aborda un análisis de los concursos voluntarios para docentes en instituciones de educación superior brasileñas a través de un estudio de la representación de este profesional. El enfoque fue mixto, utilizando un estudio cuantitativo de las competiciones en territorio brasileño (a través de estadísticas descriptivas) y el análisis de algunos de los avisos (a través de un análisis de contenido categórico que busca representación) a través del prisma de la repraesontología. Las conclusiones mostraron que las competencias se han expandido de manera desigual y con más fuerza en el sureste y noreste, además de que los voluntarios pasan por evaluaciones que en ocasiones los equiparan con los docentes eficaces, y en ocasiones los distancian, lo que pone al voluntariado docente como una actividad muy específica en el campo educativo brasileño.

PALABRAS CLAVE: Concursos de Enseñanza Voluntaria. Competiciones. Enseñanza superior. Precariedad del trabajo docente en la educación superior. Avisos.

INTRODUÇÃO

Desde a Constituição Federal de 1988 o serviço público brasileiro é acessado por seus cidadãos via concursos, e deve ser remunerado de acordo com o Estatuto do Servidor Público (quando servidor) ou pela Consolidação das Leis Trabalhistas (quando empregado). No entanto, nos últimos anos, temos acompanhado o surgimento de professores que

trabalham no serviço público enquanto voluntários, o que cria algumas questões cruciais a serem investigadas, pois a existência desses cargos pode contribuir para os estudos sobre a área de atuação para pós-graduados. O foco deste estudo, portanto, são as vagas voluntárias geradas para professores de ensino superior em território brasileiro, cujas informações foram levantadas a partir de editais para as suas respectivas seleções.

O presente estudo se justifica por alguns motivos, e o primeiro é o acadêmico, pois existe uma “ausência de pesquisas avaliativas anteriores em outras universidades, bem como a escassez de estudos e de publicações relacionadas à temática específica do trabalho docente voluntário em universidades públicas” (GUIMARÃES *et al.*, 2012, p. 78). O segundo é um motivo profissional: conhecer onde e como ocorrem os concursos é uma maneira de mapear uma área de atuação para indivíduos altamente escolarizados – mesmo que às expensas da sua remuneração – o que traz mais evidências para a discussão do conceito de precarização do trabalho docente qualificado na Educação Superior. Por fim, há um motivo social: como será a inserção desses mesmos indivíduos nas diferentes organizações sociais após sua experiência? Serão experiências celebradas em currículo ou serão consideradas como um estigma?

As discussões propostas neste artigo podem ser inseridas dentro do guarda-chuva dos estudos sobre a precarização, processo de difícil delimitação, mas que poderia ser descrito como

os professores tiveram seu trabalho ampliado sem que isso significasse melhorias ou maior valorização para sua carreira. A partir de então, o Governo, além de sobrecarregar os professores com tarefas que superam seu compromisso em sala de aula, passou a incorporar diversas avaliações internas e externas que culminaram numa maior exigência e num maior controle de seu trabalho, que junto com a demanda, salários baixos e condições de trabalho impróprias desencadearam em larga escala a precarização do trabalho docente (MOURA, *et al.*, 2019, p. 7)

Ou seja, a precarização, em síntese, seria a ampliação do trabalho docente sem o aumento correspondente da sua remuneração, com um maior rigor nas avaliações institucionais, além da falta de equipamentos e, assim, o professor de ensino superior está sempre pressionado e, ainda, não conseguiria fazer um trabalho satisfatório. O professor voluntário traria algum tipo de mudança nesse quadro? O fato de não ser remunerado o faria não sofrer os elementos da avaliação institucional, por exemplo? Esse conceito será discutido na seção final à luz dos dados coletados.

Cabe ressaltar que, atualmente, a atividade de pesquisa voluntária já é bem desenvolvida por meio dos grupos de pesquisa, os quais podem incluir pesquisadores de outras instituições em diferentes níveis de ensino superior. É, portanto, a profissão de professor ser voluntária aquilo que causa o maior estranhamento nesse quadro mais geral. Dito tudo isto, a questão de pesquisa investigada é a seguinte: “Quais os elementos constitutivos da representação de professor voluntário no Brasil estão presentes nos editais de sua seleção?”. A nossa hipótese inicial foi que essa representação seria a de um professor contratado temporariamente, selecionado de maneira simplificada para especialidades com poucos profissionais ou em lugares de difícil acesso. Mas, para investigar a hipótese, vamos precisar detalhar nossa metodologia.

MÉTODOS

O caráter desse estudo é misto, articulando técnicas quantitativas e qualitativas, buscando as tendências e as ideias circulantes dentro da prática social, que é o fenômeno em tela – assim, demonstrando como a representação se articula e se espalha. Nesta seção, vamos entender o modo como formamos a nossa amostra e o critério para a sua análise, e cabe ressaltar que essa metodologia mista estará sob o guarda-chuva da repraesontologia, que é a ciência que estuda as representações e que tira proveito de técnicas quantitativas e qualitativas para conhecer a sua constituição e seu comportamento.

Em um primeiro momento, montamos um banco de dados a partir dos resultados da investigação em motores de busca. Usamos os termos

Concurso+Docente+Voluntário e Seleção+Docente+Voluntário, até um exaurir dos sites, que começaram a se repetir nos motores. Os resultados foram documentos datados entre os anos de 2008 e 2020 – provavelmente fora dessa janela os editais ou não estejam mais disponíveis online, ou foram realizados em papel ou ainda não eram previstos em lei. Após uma leitura flutuante, estabelecemos todas as variáveis do estudo, sendo estas: Ano, Instituição, Unidade da Federação, e Área de conhecimento. Os dados foram registrados no programa microsoft excel, que gerou os gráficos para a sua posterior análise, e foram totalizadas 37 ocorrências encontradas.

Uma vez estabelecido o banco, foi utilizada estatística descritiva para encontrar relações entre as variáveis e, assim, traçar as tendências. Ressaltamos que os casos encontrados podem não expressar todo o fenômeno, já que não temos a garantia de que as instituições mantiveram informações online sobre concursos anteriores, porém realizamos um estudo por esgotamento até a data de publicação do presente artigo – portanto, é possível apontar algumas tendências a partir do material coligido e cujos editais tornam-se modelos para próximas iniciativas, o que ajudará estudos futuros.

Na análise qualitativa, não utilizamos um software para análise propriamente dita dos trechos selecionados – embora tenhamos utilizado (1) o Adobe para ler os arquivos baixados na extensão PDF e (2) o software de edição o Microsoft Word para realizar um fichamento dos trechos selecionados. Como a intenção foi encontrar uma representação do professor voluntário, no tratamento dos dados buscamos os elementos dela por meio de uma análise de conteúdo categorial (BARDIN, 1977), uma vez que esse tipo de análise permite chegar às condições de produção do texto. Os editais têm forte conotação jurídica, porém também refletem concepções morais expressas em uma linguagem que foge da ambiguidade (como costuma ser a comunicação jurídica). Fizemos uma seleção por cotas, escolhendo um edital por região do Brasil, os primeiros que apareceram no preenchimento do banco, para representar as distintas localidades. O objetivo deste procedimento é encontrar diversidade dentro

desses documentos, e investigar sobre a “avaliação” é uma maneira de evidenciar o que as instituições concebem como a representação.

REFERENCIAL TEÓRICO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ESTATUTO DO SERVIDOR E O VOLUNTARIADO E REPRESENTAÇÃO

Nesta seção vamos abordar os conceitos que servirão de base para a analisar o material empírico posterior. Eles são constituídos de um conceito para análise (representação) e outros conceitos relacionados, a serem revistos bibliograficamente nesta seção. Sobre a representação, ela é uma tentativa de duplicata de algum referente (o “original”), tentando ou emulá-lo ou tornar um fenômeno convergente com ele, e que pode ser interna ou externa à mente (LOPES, 2024). Assim, a representação em tela é a de Professor Voluntário atuante em IES, sendo que ela é formulada por cada instituição por meio do edital na interação das mesmas IES entre si. É com essa formulação que vamos ler os dados.

O trabalho voluntário, em um sentido restrito, é o trabalho executado sem contrapartida financeira. Em uma perspectiva mais ampla, podemos pensar os efeitos desse trabalho em uma sociedade de direitos básicos garantidos pelo Estado Moderno:

Inicialmente era identificado somente como assistencialismo, filantropia ou caridade, com conotação essencialmente religiosa. Atualmente, esse tipo de trabalho filantrópico é reconhecido como “trabalho voluntário”, “serviço comunitário” e/ou ações de “responsabilidade social”, observando-se uma passagem temporal e histórica de prática filantrópica a um processo de profissionalização, o que caracteriza uma reformulação das suas bases conceituais, assentadas nos princípios morais e religiosos da caridade, fraternidade e do assistencialismo para uma proposta “investimento em ação social” (GUIMARÃES *et al.*, 2012, p. 80).

Ou seja, o trabalho voluntário, em momentos históricos anteriores, era pontual, e com o tempo passou a ser algo mais sistemático, envolvendo organizações cada vez mais complexas. Uma dessas organizações é o estado, aquele que coloca o ensino, um dos direitos básicos, como uma competência passível de ser desenvolvida por meio de trabalho voluntário, e não apenas pelo Sistema Educacional. Isso fica mais evidente quando se analisa a Constituição Federal de 1988, que é apelidada de constituição cidadã e que se foca muito na efetivação dos direitos sociais – para usar a terminologia de Alfred Marshall – uma vez que estabeleceu que os servidores e funcionários públicos seriam selecionados por meio de concurso público, normativa descrita no artigo 37:

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (BRASIL, 1988, s/p)

Assim, o concurso é essencial para adentrar esse espaço público, excetuando-se os casos de livre nomeação, pois até mesmo o emprego público depende de aprovação em certame. O cargo de professor de ensino superior em instituições públicas é um desses que necessita a aprovação em seleção descrita em um edital próprio, conduzido por uma banca legítima.

Com relação ao voluntarismo, o Estatuto dos servidores afirma que “Art. 4o É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei” (BRASIL, 1990, s/p). Ou seja, um cidadão brasileiro não pode, por princípio, prestar serviços gratuitos se não for descrito em lei específica para tal. Dessa maneira, cada um dos trabalhos voluntários dos professores precisa ter uma justificativa legal, o que é previsto:

para que se efetivem todas essas ações relacionadas ao trabalho voluntário, é necessária a existência de uma legislação. No Brasil, o trabalho voluntário passou a ser

regido pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 [...] No seu artigo 2º, a lei determina que o trabalho voluntário seja exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade receptora (pública ou privada), devendo constar o objeto e as condições de exercício. Também destaca a pertinência de ressarcimento de despesas comprovadas, no exercício das atividades voluntárias. No caso das instituições públicas como as Universidades Federais, fica a critério de cada uma regulamentar o trabalho voluntário, respeitando a Lei 9.608/98 (GUIMARÃES *et al.*, 2012, p. 82).

Portanto, o termo de adesão é o vínculo pedido, porém vamos observar que as universidades – de ordinário autônomas – interpõem um processo seletivo, mormente bastante rigoroso. No caso do trabalho enquanto professor voluntário, existem algumas vantagens para quem cumpre função: 1) experiência profissional, 2) contatos e 3) divulgação da pesquisa (FELITTI, 2018). Todavia, durante a busca dos dados, pudemos encontrar recursos em concursos que envolviam experiência voluntária e que ela não foi pontuada para efeitos de exercício de cargo em docência:

Atribuíram nota zero para este quesito, no entanto entreguei cópia autenticada dos documentos que comprovam minha experiência em docência por um ano (dois certificados que correspondem a um semestre cada). A docência é chamada de “docência voluntária”, justamente por não ser obrigatória, não faz parte de nenhuma disciplina da pós-graduação. As disciplinas obrigatórias não emitem certificado, visto que são uma exigência do programa. Para ministrar aulas através do programa de “docência voluntária” é necessário concorrer a um edital específico como segue (IFRS, 2016, s/p).

Esse pedido de revisão, no caso, foi negado porque o edital estabelecia que o trabalho voluntário não seria considerado efetiva experiência de docência. Ou seja, na melhor das hipóteses, a experiência é relevante para seleções em instituições privadas, porém nem sempre é considerada em concursos públicos – o que, diante do acúmulo de exigências, pode

não ser vantajoso para o voluntário em termos curriculares e acrescenta uma camada de precarização. Mas esse é apenas um dos paradoxos, ainda existem outros, como veremos na próxima seção.

CONSTRUINDO O PARADOXO: A QUESTÃO DA EXPANSÃO DA OFERTA DOS CURSOS SUPERIORES

Apesar de haver uma normativa independente descrevendo trabalho voluntário e que poderia encerrar o assunto, ainda há um fenômeno paralelo e que precisa ser explorado: o da expansão/retração da oferta de cursos superiores. Devemos ter isso em conta porque os concursos públicos para professores efetivos em IES públicas, e que costumam pontuar também experiência, são um grande impulsionador de postulantes a esses cargos por ser a possibilidade de um contato com a profissão almejada. Assim, entender a expansão do Ensino Superior é uma maneira de complexificar o problema de pesquisa ao colocá-lo dentro de um quadro de relações mais amplo, pois o objetivo é estudar o modo como o estado brasileiro financiou a atividade educativa, o que abre maior ou menor brecha para a necessidade de trabalho voluntário.

Na fase do regime militar começou a primeira onda de expansão:

- a) de 1960 a 1964 – correspondendo a um período de grave crise econômica, social e política, em que a demanda por ensino superior começa a fazer pressão; b) de 1964 a 1969 – compreendendo a consolidação do regime militar, em que a demanda reprimida continua a aumentar o seu poder de pressão; c) de 1969 a 1974 – correspondendo ao período do chamado “milagre brasileiro”, em que o governo responde às pressões com a expansão dos cursos, das unidades e das vagas; d) de 1974 a 1980 – período em que o governo aciona mecanismos para conter a expansão que ele próprio incentivara no período anterior (MADEIRA, 1981, p. 20).

Podemos observar, portanto, que houve investimento dos militares para a ampliação do sistema de ensino, muito embora tenham sido eles

também aqueles que incentivaram a retração dessa organização. Assim, essa primeira expansão obedeceu a uma lógica tecnicista, o que vai ser substantivamente diferente das fases posteriores. Foi no final da década de 80, um ano após a redação da Constituição Federal de 1988, que começou um novo ciclo:

Posteriormente, vamos ter no período de 1989 a 2002 a grande efervescência da expansão do ensino superior brasileiro. Com grande desequilíbrio entre as instituições públicas e privadas. Momento em que estas últimas contribuíam com cerca de 76% das matrículas (ANDRADE, 2011, p. 1).

Nesse momento, o setor privado adentrou o cenário do ensino superior, enquanto, no ensino básico, continuaram predominando as instituições públicas. Dentro deste período, no entanto, é preciso discriminar diferentes naturezas de expansão:

A expansão da educação superior adquire maior visibilidade na década de 1990, e esta, resulta das necessidades políticas e econômicas e em razão da demanda social por maior escolarização, dada a um maior quantitativo de alunos concluintes do ensino médio – o que pressiona o governo a responder a nova realidade, através da ampliação de vagas e oferta de cursos no sistema público e a proliferação de instituições privadas que passam de forma significativa a contar com apoio financeiro do governo (ANDRADE, 2011, p. 1).

Neste segundo ciclo podemos observar que se tentou dar continuidade na formação aos estudantes do nível básico e houve também um incentivo às instituições particulares. Foi também em meados dessa década que se redigiu a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), a qual

inova nas possibilidades de um acesso menos elitista para a educação superior, tais como a regulamentação da educação

à distância, a obrigatoriedade de cursos noturnos nas instituições públicas, a criação de Institutos Superiores de Educação para a formação do magistério do ensino fundamental e médio dentre outros (ANDRADE, 2011, p. 1).

Pode-se perceber, portanto, que a LDB buscou alcançar o aluno trabalhador, daí a expansão tomar um sentido irradiativo. Esse ímpeto foi complementado pelo Decreto nº 2.306/97, que afirma: “universidade, centro universitário e instituições não-universitárias (constituídas por faculdades integradas, faculdades, institutos de educação superior ou escolas superiores)” (ANDRADE, 2011, p.1). Paralelo a essa orientação houve o modelo proposto no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), considerado pela bibliografia como “mercantilista [...] e produtivista [...]” (ANDRADE, 2011, p.1). Assim, esses dois princípios retroalimentam o crescimento deste ensino superior: “Cabe destacar que no setor público, temos predominância de instituições universitárias, enquanto no setor privado há um domínio maior de outros modelos institucionais que oferecem cursos superiores” (ANDRADE, 2011, p.1). A mesma bibliografia especializada indica que o modelo de FHC gerou, factualmente, a expansão do sistema que foi entregue para o governo seguinte:

Os 3,5 milhões de estudantes de graduação e os 120 mil de mestrado e doutorado distribuíam-se, em 2002, por:

- 165 universidades;
- 77 centros universitários;
- 1.400 faculdades integradas, faculdades isoladas e centros de educação tecnológica.

Todo esse crescimento não foi acompanhado de mecanismo algum de formação de pessoal que pudesse dar conta das tarefas docentes (CUNHA, 2004, p. 796).

Assim, o autor já aponta que essa expansão súbita – que o autor refere como desigual e combinada – já começou a criar um cenário de

dificuldades para os docentes no tocante à relação professor/alunos. No governo Lula I, iniciado em 2003, a lógica foi um pouco distinta:

No período que segue, a partir de 2003 (Governo Lula) vamos ter uma nova perspectiva de expansão da educação superior, em que o ritmo acelerado adquire um viés de inclusão social. Tal como argumenta Gomes (2008) a expansão no governo Lula assume um discurso de justiça social, de democratização da educação superior pública, gratuita e de qualidade, através de um conjunto de medidas e programas com objetivo de ampliar o acesso, sobretudo aos jovens trabalhadores (ANDRADE, 2011, p. 1).

Assim, ao invés de atingir o aluno trabalhador que desejava estudar, o objetivo foi conceder acesso a outros públicos por uma expansão de princípio de justiça social – bem na medida de um governo social-democrata. E, também, por conta desse mesmo ímpeto, o governo corrente lançou mão de políticas públicas para acelerar esse processo que já vinha se desenhando: “[...] Programa Universidade para Todos (PROUNI) que surge em 2003, voltado para a “estatização” das vagas nas instituições privadas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)” (ANDRADE, 2011, p. 1). Por um lado, portanto, houve a expansão do ensino, porém “[...] representou também crise financeira no setor público, e a proliferação de cursos e instituições privadas com padrões mínimos de qualidade, afastados da idéia de universidade” (ANDRADE, 2011, p. 1). Mas não foi apenas no setor público que este setor cresceu:

Fato bastante conhecido é o extraordinário crescimento, na última década, do número de matrículas de ensino superior no país, hoje em torno de sete milhões. Nessa ampliação do atendimento, o setor privado, que desde a década de 1970 já era majoritário no sistema nacional de ensino superior, aumentou ainda mais a sua participação, respondendo atualmente por 85% das 2.100 instituições – das quais 40% têm fins lucrativos – e por 74% do total e matrículas [...] Esses

números evidenciam o elevado grau de privatização das matrículas de ensino superior no Brasil. Todavia, ao lado desse fenômeno, ocorre outro, que é a alocação de recursos públicos para financiar parte significativa desses estudantes matriculados em instituições privadas (SAMPAIO, 2015, p. 10).

Como se pode observar, o setor privado foi aumentando a geração de vagas e de matrículas no Ensino Superior, e houve grande aporte de recursos públicos nele por conta dos programas já citados por Andrade e existem alguns autores que afirmam que são nestas IES que existem mais vagas precarizadas. Já no governo Dilma Roussef (2011-16)

configurou-se em ruidoso período de dissoluções, crises político-econômica e social acirradas, polarização de forças políticas, descontentamento em massa – sobretudo a partir da deflagração dos Atos de 2013, agravamento das taxas de desemprego e inflação, forte recessão do Produto Interno Bruto (PIB), o qual apresentou crescimento negativo em 2015, afora intrincado processo de 29 impeachment (NAKADAKI, 2020, p. 29).

Assim, desde essa época, já havia uma queda quantitativa de investimentos no setor Educacional, constituindo-se em uma retração pela crise. Já no governo Temer (2016-2018) a filosofia foi diferente: “Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Desvinculação de Receitas da União (DRU) em cota de 30% foi considerada o projeto prioritário para o governo interino de Michel Temer e agride as bases de financiamento da educação pública” (ALVARENGA, 2016, p. 131). Dessa maneira, a retração avançou, porém dessa vez por um planejamento de governo e não por um corte, e esse proceder foi seguido por uma política de austeridade do governo Bolsonaro (2019-2022): “Ainda conforme o mesmo documento, a educação, tal como a saúde, está prestes a colapsar. Entretanto, defende-se fazer “muito mais” por estar gastando-se o mesmo, lançando mão dos recursos já disponíveis a fim de priorizar a

educação básica” (NAKADAKI,2020, p.37). Assim, há uma retração por reinvestimento de recursos públicos.

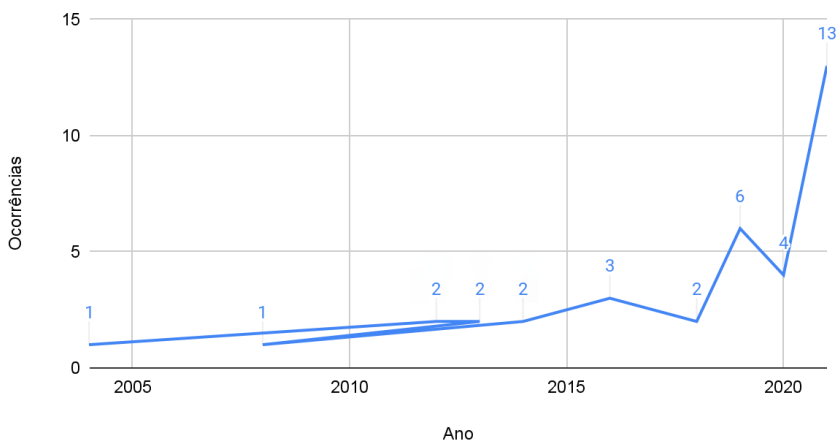
Como essa revisão bibliográfica se reflete nos dados? Os concursos voluntários podem refletir empiricamente a retração de investimentos?

DADOS QUANTITATIVOS

Tal como já referimos anteriormente, o banco resultante da coleta de dados contou com 37 inserções, analisadas segundo as 5 variáveis já apresentadas, e elas serão analisadas de maneira univariada, buscando a sua moda. Seguindo esse procedimento, passemos, portanto, para o gráfico 1:

GRÁFICO 1: ocorrências ao Ano entre 2008 e 2020.

Ocorrências versus Ano



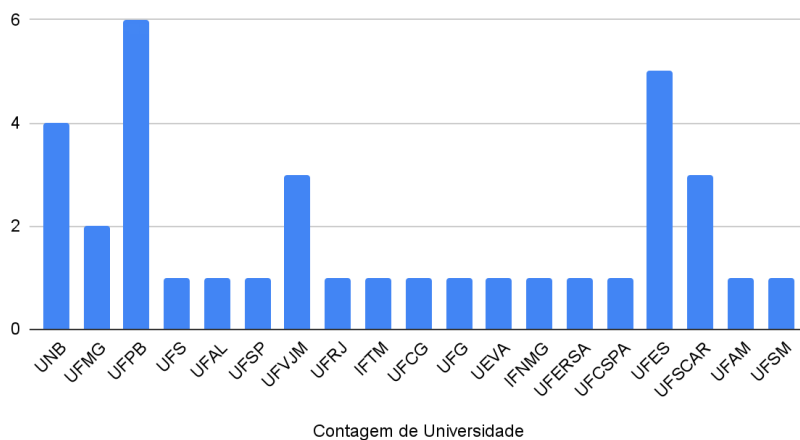
Fonte: autoria própria.

Podemos observar que já havia uma tendência de crescimento desde 2008, quando estava implantado o programa REUNI. Há um pequeno recuo no ano de 2018 (ano eleitoral), porém sem ultrapassar a marca de 5

ocorrências, seguido de uma explosão de casos a partir de 2020. Cumpre notar que o ano de 2021 ainda não havia terminado quando da escrita desse artigo, então é possível que o número final seja maior. Um dado muito relevante é o do gráfico 2:

GRÁFICO 2: ocorrências por instituição entre 2008 e 2020.

Contagem de Universidade

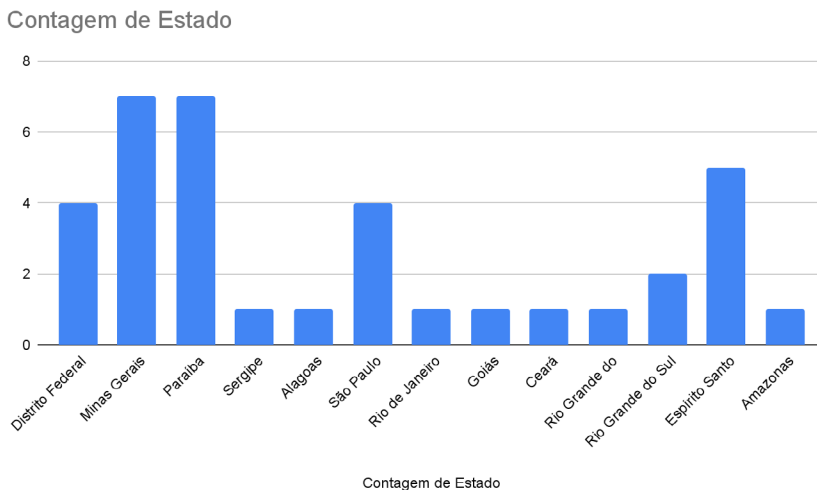


Fonte: autoria própria.

Podemos observar que a IES que mais promoveu esses concursos foi a UFPB (16,7%), seguida da UFES (13,9%) e a UNB (11,1%). As outras faculdades orbitam entre valores de 8,3%, 2,8% ou 5,6%. Portanto, podemos verificar que esse trio foi o que mais lançou mão dos concursos, e seus membros são todas universidades federais, à exceção do IFITM – a qual possui financiamento federal também. Esses três, no entanto, não são tão distantes estatisticamente, apenas 3 pontos percentuais entre si, e é interessante que não foram encontradas universidades estaduais que lançaram mão do recurso. Os motivos disso poderiam ser o tamanho das instituições, mesmo que a Universidade de São Paulo (USP) escape dessa lógica por não contar com verba federal.

Como é de se esperar, a maioria das federais traz, imbutido em seus nomes, o estado a que pertencem. Dito isso, os estados foram mais simétricos do que as UFs, como mostra o gráfico 3:

GRÁFICO 3: ocorrências por estado entre 2008 e 2020.

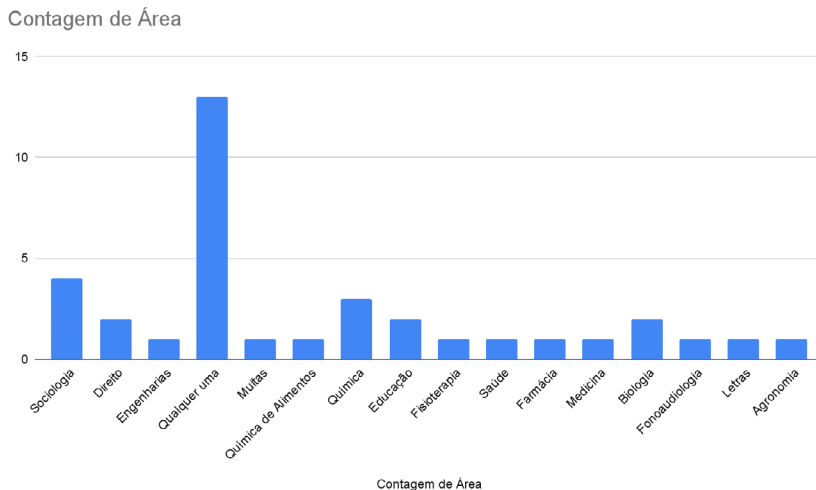


Fonte: autoria própria.

Paraíba e Minas Gerais são os estados que lideram com 19,4%, o que demonstra que a região sudeste e nordeste são as que mais concentram contratações. Já o Distrito Federal e São Paulo obtiveram 11,1% no estudo, o que coloca os dois centros (o político e o econômico) com um volume expressivo de contratações. Esse dado pode sugerir que as regiões contam com maior número de profissionais formados, o que, paradoxalmente, favorece o trabalho voluntário – quando em teoria há muita oferta de mão-de-obra e o esperado seria baixar o valor da remuneração e não a criação de cargos não-remunerados.

No gráfico 4 podemos apreciar a relação das áreas:

GRÁFICO 4: ocorrências por áreas entre 2008 e 2020.



Fonte: autoria própria.

Podemos perceber que as universidades têm recrutado para um banco que serve a todos os cursos, sem a especificação de uma disciplina – por isso utilizamos a expressão “Qualquer uma”, pois os professores voluntários já trabalham rotineiramente. O restante dos editais foi direcionado para áreas mais pontuais em casos de excepcionalidade por parte da instituição, provavelmente por conta de períodos de aula iniciados. Podemos perceber uma grande preponderância das áreas das ciências exatas e da terra em relação às ciências humanas, o que talvez indique que essas áreas formam menos professores, ou que eles estão menos dispostos a atuar na área do ensino e estão mais voltados para a área técnica. Porém, há uma outra interpretação possível para esse dado: se há poucos professores nas áreas de exatas, a função de professor voluntário se torna ainda menos atrativa, uma vez que são poucos os profissionais

dispostos a lecionar em algumas áreas – e a situação se agrava mais com a falta de remuneração e a precarização do trabalho docente na educação superior fica mais evidente. Mas o que falam, especificamente, os editais?

ANÁLISE DE EDITAIS: COMO FUNCIONA A AVALIAÇÃO DO PROFESSOR VOLUNTÁRIO?

Estabelecemos o espalhamento das representações, porém ainda estamos restritos à questão executiva (dos concursos que foram planejados e executados). Há, ainda, uma outra dimensão que pode ser explorada, que é o que ocorre com o voluntário após o seu ingresso segundo os editais, mas essa é uma temática que deixaremos para cientistas sociais do futuro para complementar a perspectiva de onde o concurso ocorre com aquilo que sucederá com o candidato no interior da instituição. Mas, no momento, o nosso foco será nos editais.

Da região nordeste, encontramos o seguinte trecho: “4.3. O credenciamento terá validade inicial de 01 (um) ano, período em que o interessado será avaliado quanto à eficiência e atendimento aos padrões científicos e pedagógicos da UFPB” (UFPB, 2021, s/p). Podemos observar que o candidato aprovado será acompanhado diretamente pela universidade com o fito de comprovar a sua adequação aos “padrões” da universidade. Nesse caso, podemos observar que se trata de uma integração do voluntário com os professores efetivos, criando mecanismos de simetria - porém ele ainda não participa dos processos globais da IES.

Outra instituição do sudeste, por seu turno, estabelece outra espécie de assimetria: “Art. 14. Os processos externos e internos de avaliação docente que ocorrerem na Instituição deverão incluir os docentes voluntários” (UFSCAR, 2014, p. 1). Assim, não há uma separação do voluntário com o corpo docente, o que, por um lado, significa que ele é 1) integrado aos demais professores e 2) ele é cobrado tal qual os demais. Dessa maneira, há uma integração direta, uma espécie de acolhimento por meio das cobranças em comum.

A região norte, por outro lado, apresentou diferente configuração:

Documentos necessários:

Manifestação positiva do trabalhador voluntário pela prorrogação;

Ata do CONDIR/CONDEP aprovando a prorrogação.

Se o seu Termo de Adesão expirou, mas você tem interesse em continuar com a prestação dos serviços, saiba que será necessário solicitar um novo credenciamento (PROGESP, 2019, s/p)

Podemos observar que o mecanismo de controle do voluntário é o credenciamento, que faz com que o profissional fique apartado dos demais professores, sem necessariamente manter contato com eles. Nesse sentido, o edital afirma que há este isolamento, cuja situação do voluntário é avaliada individualmente pelo CONDIR para haver a possibilidade de se obter a prorrogação do contrato. Dessa maneira, há um maior isolamento do professor do restante do corpo docente, deixando-o à margem da avaliação institucional, o que não ocorreu em outros estados.

O edital analisado do centro-oeste também retratou uma dinâmica própria:

4. 7 Todas(os) as(os) candidatas(os) aprovadas(os) formarão cadastro de reserva pelo período de um ano, podendo ser chamadas(os) para ofertar a disciplina no primeiro semestre ou segundo semestre do calendário letivo de 2021 da Universidade de Brasília.

4. 8 Trata-se de prestação de serviço voluntário, não configurando vínculo empregatício. (UNB, 2021, p. 1)

Este edital, como se pode observar, é mais voltado para cadastro reserva, então se focou na questão da ligação do candidato com a instituição após a sua convocação – o que dá a entender que serão muitos professores a serem cadastrados. Provavelmente por essa razão não é detalhado um “controle de qualidade”, tal como ocorreu com os outros voluntários

das outras regiões e isso decorre porque talvez seja um vínculo de um semestre –, o que torna esta relação mais “líquida”, em termos boumanianos – e o próximo aprovado no cadastro reserva sempre será uma sombra coercitiva do professor voluntário vinculado no momento.

O último edital é o do Sul:

Solicita abertura do PEN de prorrogação, encaminhando para o DAG os seguintes documentos, por e-mail:
Solicitação de prorrogação de prestação de serviço voluntário, conforme modelo disponível no sítio da UFSM (www.ufsm.br/progep/servicos -> Ingresso)
Termo Aditivo de prorrogação ao Termo de Adesão, conforme modelo disponível no sítio da UFSM (www.ufsm.br/progep/servicos -> Ingresso)
Documento de identidade (UFSM, 2018, p. 1).

Podemos observar, portanto, que o processo é todo automatizado, sem o contato pessoalizado com o voluntário, gerando um maior isolamento do mesmo com o restante do grupo discente. Esse edital também não menciona os mecanismos de avaliação, que devem ser conhecidos já no interior da instituição pelo aprovado, dado que não está descrito no edital. Assim, está prevista a criação de um espaço apenas para a atuação do voluntário.

Após esse primeiro momento de analisar os dados por si mesmos, segue-se aquele em que os relacionamos com a teoria. Por essa razão, na próxima seção, vamos determinar o espalhamento e os elementos dessa representação.

ANÁLISE GLOBAL DOS DADOS

Nos dados quantitativos, podemos observar algumas tendências por via da análise das modas: os concursos são antigos, começaram no fim da expansão social-democrata e explodiram no ano de 2020, após leve declínio. Eles também ocorreram mormente nas instituições federais, concentrando-se na UFPB e na UFES, embora os estados que tenham

tido mais ocorrência tenha sido Minas Gerais – o que leva o leste do país ser o maior concentrador desses concursos, nada inesperado dado que há maior número de IES nesses espaços.

Nos dados qualitativos, podemos observar dois movimentos: ou bem há uma integração do voluntário ao quadro funcional, ou há a criação de um nicho específico para o voluntário, o que implica em uma representação do que esse professor deve ser. Curiosamente, podemos observar que se cria uma característica específica desse tipo de voluntariado: há mecanismos de avaliação do professor para que ele corresponda à certa “missão” da faculdade, que está acima de tudo. Assim, além do esforço despendido sem a compensação financeira, há uma espécie de desconfiança para com o voluntário, um certo desconforto com a sua presença, o que se expressaria nas pesadas exigências tanto de entrada quanto de continuidade do trabalho. É possível comparar a sua situação com o professor substituto e com o estudante de pós-doutorado (que pode ser um bolsista ou também um voluntário), e na sua relação com o professor efetivo. O substituto possui um tempo determinado para a sua atuação (2 anos no máximo), cumpre as funções de um professor já concursado (excetuando-se a pesquisa), porém recebe remuneração (mesmo que inferior) pelos seus serviços. Por outro lado, o estagiário pós-doutoral possui como pré-requisito o doutorado e cumpre parte da carga horária de um professor efetivo e, obrigatoriamente, trabalha com pesquisa. Assim, podemos observar que a universidade pública utiliza o professor efetivo como parâmetro para desdobrar suas atividades e criar outras categorias funcionais, tornando-o uma referência - quase uma equivalência - para a atividade fim da própria instituição.

Por fim, os dados apontam que os concursos voluntários estão se espalhando de maneira rápida pelo Brasil, embora não sejam uma prática recente e que não se relacione diretamente com o número de formandos em cada região ou área. É claro que isso pode indicar que houve um menor investimento e uma retração no mercado, porém o Brasil enfrenta sucessivas crises desde sempre em sua história econômica. Assim, a ciência no Brasil não parece ser uma atividade autossustentável, e talvez isso seja explicado pela preponderância do setor de serviços e pelo setor

do agronegócio na participação do PIB – e, apesar de a ciência poderem contribuir para o desenvolvimento da tecnologia, as ciências que não “abastecem” a tecnologia acabam passando por maiores dificuldades de financiamento no longo prazo.

Com relação à representação em si, podemos afirmar que a representação dos editais é que o professor de ensino superior voluntário é alguém que está cedendo seu trabalho para manter a grandeza da instituição, e, portanto, ele precisa passar por um concurso e por exigências - burocráticas e, muitas vezes, epistemológicas - que não são comuns em outras atividades não-remuneradas. As diferentes regiões trazem algumas variações nesse núcleo, como aproximar ou não o voluntário aos professores efetivos, porém a introdução de um indivíduo no seu espaço de docência ainda exige uma espécie de “controle de qualidade” - no sentido de círculo de consagração de Bourdieu - que, ironicamente, nem sempre resulta em uma certificação válida para o mesmo voluntário se tornar professor efetivo.

Por fim, podemos refletir sobre o conceito de precarização. Uma vez que o conceito seria constituído de (a) ampliação do trabalho docente, (b) não-incrementação da sua remuneração individual, (c) aumento do rigor nas avaliações institucionais e (d) falta de equipamentos, como isso se reflete nos dados? O voluntário não possui o mesmo número de carga horária, porém também não recebe remuneração - embora muitas vezes seja bastante cobrado nas avaliações para manter o seu contrato – e compartilha os equipamentos de trabalho. Ou seja, poderíamos afirmar que o voluntário acaba evidenciando toda essa pressão que a IES exerce (baseada em indicadores) por conta de não receber remuneração, pois esta pressão não é abdicada nem mesmo com o trabalho cedido gratuitamente. Ou seja, o professor resolve uma demanda que a própria universidade não consegue suprir e o seu certificado nem sempre é reconhecido para o professor poder tornar-se efetivo em um certame futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo abordou a representação de professor voluntário de ensino superior através dos concursos públicos para professor voluntário em território brasileiro, buscando traçar tendências do fenômeno, compreendendo os contornos e entornos da representação resultante. Com esse objetivo cruzamos 2 qualidades de dados: quantitativos (com um banco de dados) e qualitativos (realizando uma apreciação de editais utilizando como critério de análise a região do Brasil.

A análise do fenômeno revela muito do próprio campo de trabalho para o pesquisador no Brasil. Por um lado, o exploratório do campo evidenciou um estudante que não deseja trabalhar para a iniciativa privada, que é onde estão a maioria de cursos superiores e que muitas vezes não são receptivas para profissionais com uma maior titulação (LOPES, 2021); por outro lado, avistamos um serviço público que segue formando profissionais e que não consegue os absorver, em que pese suas políticas de expansão. Apesar de concorrido e de difícil acesso, a vaga pública acaba sendo percebida como panaceia, no entanto eventos como concursos para substitutos e para voluntários parecem impossibilitar esse dever-ser, esse projeto futuro, pois a necessidade institucional acaba sendo sanada pelos vínculos precarizados.

Podemos encerrar esse texto com uma consideração “extra campo”. Durante o exploratório foi possível encontrar algumas queixas de certo sentimento de “ingratidão” do sistema educacional brasileiro para com quem prosseguiu com os seus estudos, avançando nas titulações. Houve relatos de que há um grande investimento dos alunos em suas carreiras – cujos certificados, inclusive, são usufruídos nas avaliações dos programas - e é relatada certa insensibilidade de gestores em não abrirem concursos para professores efetivos em detrimento de seleções de professores substitutos ou lançando concursos bastante exigentes para professores voluntários. Ademais, as próprias instituições públicas, aparentemente, adotam medidas de austeridade - como conferir pontuação superior para cursos de especialização para, assim, economizar na Retribuição por Titulação para doutores e mestres ao aprovar especialistas *lato sensu*. Logo,

foram encontrados muitos relatos de uma sensação de não-reciprocidade que começa com o sistema educativo e se estende para o restante da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M. S. de. A Educação de Jovens e Adultos no PNE 2014-2024: entre os ajustes econômicos e os direitos sociais na atual conjuntura de crises no Brasil. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 13, n. 33, p. 121-138, 2016.
- ANDRADE, M. E. Universidades estaduais no contexto de expansão do ensino superior. In: *Anais do Simpósio de Política e Administração da Educação*, 25, 2011, Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0357.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Planalto, 1988.
- BRASIL. *Lei n. 8.112/1990*. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília: Planalto, 1990.
- CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. *Educação & Sociedade*, v. 25, p. 795-817, 2004.
- FELITTI, Chico. Centenas de professores universitários não estão ganhando NADA para dar aula. *Buzzfeed* (site). 2018. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/felitti/centenas-de-professores-universitarios-nao-estao-ganhando>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- GUIMARÃES, Valeska Nahas; SOARES, Sandro Vieira; CASAGRANDE, Maria Denize Henrique. Trabalho docente voluntário em uma universidade federal: nova modalidade de trabalho precarizado?. *Educação em Revista*, v. 28, p. 77-101, 2012.

- IFRS. *Edital 19/2016: Resposta aos recursos de títulos*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Resposta-aos-Recursos-de-T%C3%ADtulos.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.
- LOPES, Ricardo Cortez. Prática de Omissão de Titulação no Currículo: um estudo entre pós-graduandos e pós-graduados. *Antropológicas*, v. 32, n. 1, p. 167-198, 2021.
- LOPES, Ricardo Cortez. *Repraesontologia: fundamentos da ciência das representações*. São Paulo: UICLAP, 2024.
- MADEIRA, U. P. C. Algumas tendências atuais na evolução do ensino superior brasileiro. In: SOBRENOME, Nome. *A Universidade brasileira nos anos 80*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1981, p. 20-31.
- MOURA, Juliana da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; NETA, Abília Ana de Castro; NUNES, Claudio Pinto. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *Revista Profissão Docente*, v. 19, n. 40, p. 01-17, 2019.
- NAKADAKI, Vitória Evelin Pignatari. *Educação de jovens e adultos: um olhar sobre o governo Jair Messias Bolsonaro*. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- PRADO, Edna Cristina do; SANTANA, Jusciney Carvalho; SANTOS, Inalda Maria dos. Docência voluntária no ensino superior brasileiro: autonomia ou precarização? In: *6ª Conferência da Associação FORGES - "Para que(m) servem as universidades e os institutos de Ensino Superior? Balanços, proposições e desafios acerca do seu papel no século XXI"*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016, p. 1-11. Disponível em: <https://publicacoes.riqual.org/forges-5/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

- PROGESP. *Trabalho Voluntário: docentes*. Universidade Federal do Amazonas, 2019. Disponível em: <https://progesp.ufam.edu.br/crs/concurso-tae/71-ddp/crs/formularios-crs/521-adesao-voluntario-docente.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- SAMPAIO, Helena. Novas dinâmicas do ensino superior no Brasil: o público e o privado. *Cadernos do GEA*, v. 7, p. 8-22, 2015.
- UFPB. *Edital simplificado nº 15/2021*: processo seletivo simplificado para professor(a) voluntário. Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: http://www.ct.ufpb.br/ct/contents/documentos/2021/edital_15_prof_voluntario.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.
- UFSCAR. *RESOLUÇÃO ConsUni nº 791, de 05 de dezembro de 2014*. Universidade Federal de São Carlos, 2014. Disponível em: <https://www.progpe.ufscar.br/arquivos/servicos/voluntariado/resolucao-consuni-791-de-05-12-2014.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- UFSM. *Fluxo do processo de prorrogação de prestação de Serviço Voluntário e do Programa Especial para Participação em Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no PEN*. Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/341/2018/08/FLUXO-DE-PRORROGACAO-DO-SERVICO-VOLUNTARIO.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- UNB. *Esital nº 01/2021*: professor(a) voluntário(a) departamento de sociologia. Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: http://www.sol.unb.br/images/2021/Concursos/Volunt%C3%A1rio/SEI_UnB%20-%206642461%20-%20Edital.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

Texto recebido em 31/10/2023 e aprovado em 23/04/2024